Um PT sem a crítica do neoliberalismo?

Juarez Guimarães e Carlos Henrique Árabe

19/05/2025

Lula governa, mas não transforma: o risco de um mandato preso nas amarras do neoliberalismo



Imagem: Amine ?spir

1.

Qualquer observador normal da cena política brasileira avaliaria com certeza as diferenças positivas e qualitativas entre o governo Lula e os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Reconheceria que há, sem dúvida, uma melhoria incremental da vida dos trabalhadores e da maioria dos brasileiros.

Mas como nos advertiu Maria Rita Kehl, há alguns anos atrás, não vivemos tempos normais. Há uma disputa virulenta, anti-democrática e anti-pluralista, da formação de opinião: de um lado, um mecanismo disseminado e cotidiano de mentiras nas redes sociais; ao seu lado, uma mídia empresarial que flerta abertamente com a barbárie, por exemplo, entrevistando pela enésima vez como um ator político cidadão aquele ex-presidente, que organizou uma tentativa de golpe de Estado que pretendia assassinar o presidente eleito, o vice-presidente eleito, um ministro do Supremo Tribunal Federal, o dirigente petista José Dirceu e quem mais se interpusesse no seu caminho de poder. Em um quadro de formação democrática da opinião pública e de pluralismo, o governo Lula não teria certamente a avaliação majoritariamente crítica que hoje ainda possui.

Mas é preciso reconhecer que há hoje um importante grau de insatisfação da base social que elegeu o governo Lula e dos movimentos sociais que o apoiaram historicamente com a direção e o ritmo das mudanças governamentais até agora empreendidas. E há certamente uma disposição majoritária dos brasileiros e dos movimentos sociais em apoiar ativamente um sentido mais profundo e uma aceleração destas mudanças.

Esta insatisfação é visível, por exemplo, no posicionamento de repúdio das centrais sindicais à continuidade da elevação da Taxa Selic pelo Banco Central, já dirigido por um presidente e por uma maioria de diretores escolhidos pelo atual governo. Aliás, estes legitimaram nos últimos meses a escalada de elevação dos juros

pelo bolsonarista Roberto Campos Neto e continuaram esta política anti-popular nas duas primeiras reuniões do Copom em seu novo mandato.

Além disso, as centrais sindicais tiveram o reajuste do salário-mínimo, defasado pelo arrocho do período de Michel Temer e Jair Bolsonaro, diminuído no final de 2024, ao mesmo tempo que sofrem jurisprudências negativas do STF em relação a seus direitos, em um quadro em que a base parlamentar do governo Lula não tem votos para rever as reformas anti-trabalhistas antes aprovadas.

Há decerto muita insatisfação no funcionalismo público federal, submetido a um profundo arrocho nos governos Temer e Bolsonaro, e que não tiveram ainda uma clara dinâmica de recomposição do seu salário real nestes dois anos e meio do governo Lula. Os orçamentos das universidades federais continuam arrochados e em um quadro de carecimento. Já a FUP, entidade máxima dos trabalhadores petroleiros, expressa a sua crítica diante da atual gestão da Petrobrás, que continua premiando os acionistas minoritários com uma generosidade que não demonstra com seus funcionários e com os necessários investimentos da empresa.

2.

Em um quadro de elevação dos preços dos alimentos, o MST e os movimentos que lutam pela reforma agrária têm criticado com toda razão o diminuto orçamento previsto para a desapropriação de terras, além de continuidade de políticas como a dos incentivos aos agrotóxicos. As entidades históricas que lutam pela educação pública no país mantêm desde o início uma forte tensão critica com as parcerias pública-privadas muitas vezes incentivadas pelo próprio Ministério da Educação.

Já a tradição sanitária brasileira, que realizou uma bela Conferência Livre Nacional com a presença do presidente Lula, não viu atendidas as suas reivindicações de um aumento qualitativo do investimento federal em saúde em um quadro de grave emergência sanitária (o investimento federal é ainda basicamente aquele mínimo exigido constitucionalmente). Nem as mulheres nem os negros, que votaram majoritariamente em Lula em 2022, tiveram políticas públicas efetivamente priorizadas e efetivadas neste período. A proposta de transição ecológica não tem até agora uma diretriz pública clara de investimentos.

As direções destes movimentos sociais, em geral, reconhecem que houve importantes ganhos de caráter incremental na melhoria de suas vidas, como no Bolsa-Família, no valor do salário-mínimo, na oferta de empregos, na reconstrução de programa sociais desorganizados pelo bolsonarismo. Mas, com toda legitimidade, esperam mais: que o governo Lula cumpra o programa para o qual foi eleito!

Uma dinâmica clara de afirmação deste programa, no entanto, como já se demonstrou, está em confronto com o regime neoliberal. O modo de “enfrentá-lo” com concessões estratégicas, como foi o Novo Arcabouço fiscal e como tem sido a conduta no Banco Central, termina por limitar o ritmo e, sobretudo, a direção do governo (do seu programa e de seu discurso).

É preciso compreender que o programa eleito em 2022 ou enfrenta o regime neoliberal ou não se realiza. Este regime neoliberal – suas leis, suas instituições, seus procedimentos e jurisprudências – foi decisivamente aprofundado nos períodos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.[1] Se este regime neoliberal não for enfrentado, de modo público e decisivo, pelo PT e pelas frentes de partidos de esquerda e centro-esquerda, o governo Lula até o final de seu mandato continuará prisioneiro de seus impasses institucionais neoliberais.

Este é o risco que corre o PT se confirmar uma candidatura oficial, de mera adesão ao governo, em suas importantes realizações mas também em seus profundos limites de cumprimento do programa para o qual foi eleito. É a partir destas considerações que se estabelece aqui um diálogo crítico com a candidatura do companheiro Edinho à presidência do PT.

3.

Após ler o Manifesto de lançamento da candidatura do companheiro Edinho à presidência do PT, ouvir suas exposições no lançamento em Brasília e no Instituto Fernando Henrique Cardoso, bem como entrevistas à *Rede Globo de Televisão* e à *CNN*, não se encontra uma argumentação analítica consistente e antagônica ao regime neoliberal que confronta o programa para o qual o governo Lula foi eleito. Por isto, não tem uma proposição minimamente alternativa a este regime e a estas políticas.

Há, de fato, um grave erro de avaliação crítica. A centralidade é posta corretamente na luta democrática contra o governo Donal Trump, entendido como "líder mundial do fascismo", e Jair Bolsonaro (cuja base social abarcaria em torno de 20% a 25 % dos brasileiros) é identificado como expressão deste "fascismo" no Brasil. Mas a análise do governo Trump e do bolsonarismo como típicas identidades fascistas sem vinculá-los às dinâmicas políticas e programas do neoliberalismo não se sustenta e perde a compreensão daquilo que é principal no enfrentamento destas lideranças.

Existe já uma amplíssima área de estudos e debates sobre a relação entre neoliberalismo e expressões fascistas contemporâneas, distinguidas daquela sua expressão histórica clássica no intervalo entre as duas guerras mundiais. Este debate reúne os principais estudiosos internacionais sobre neoliberalismo e fascismo.

É interessante o ensaio de Henry Maher, "*Neoliberal fascism? Fascist trends in early neoliberal thought and echoes in the present*" identificando simpatias e engajamentos fascistas de autores neoliberais minoritários, mas expressivos na formação original da tradição neoliberal. Um bom balanço atualizado desta polêmica sobre a relação entre neoliberalismo e expressões fascistas na política contemporânea está no ensaio de Lloyd Cox & Brendon O'Connor, publicado em 26 de março de 2025 no *Journal of Social Theory*, "*Trumpism, fascism and neoliberalism*".

Procurando um bom senso equilibrado entre "alarmistas" (que identificam Trump com o fascismo, à contracorrente dos estudiosos mais tradicionais da fascistologia) e "cépticos" (que subestimam os sinais evidentes de certas características que aproximam os dois fenômenos"), os autores caracterizam o governo Donald Trump como de tendências fascistas, mas inserido ainda em uma dinâmica cuja origem tem no capitalismo neoliberal a sua explicação e estruturação.

Tendências fascistas: o sentido carismático autoritário, o expansionismo nacionalista, a visão racista de um inimigo interno a ser expurgado, a violência patriarcal, a intolerância ao pluralismo e à diversidade.

O sentido neoliberal na relação com as classes fundamentais, capitalistas e trabalhadores: o reforço da desregulação econômica, do corte de impostos para as empresas e mais ricos, do corte dos direitos sociais e a exaltação da competição hiper-individualista, que mais apontam para a penetração dos interesses de uma oligarquia empresarial no Estado norte-americano do que uma centralização corporativa das finanças, empresas e trabalho em um regime hiper-centralizado de Estado, como no fascismo.

A ruptura com as dimensões do chamado livre comércio, parte do programa neoliberal de financeirização sob hegemonia norte-americana, poderia ser explicado em um sentido geopolítico nacionalista de uma potência em crise.

Há de fato toda uma biblioteca de estudos – com uma parte mínima já publicada no Brasil – sobre as relações entre neoliberalismo e governos autocráticos, que cresceu a partir da crise financeira internacional de 2008. Estas relações geraram, a partir de diferenças e singularidades nacionais, experiências híbridas e combinadas entre neoliberalismo e governos com posições nitidamente violadoras dos mínimos direitos humanos.

A passagem do fenômeno Donald Trump ao bolsonarismo não poderia, como na exposição do companheiro Edinho, ser feito sob o signo da identidade. Há uma diferença fundamental entre o nacionalismo de Donald Trump e a subordinação completa de bolsonarismo aos interesses norte-americanos, além de uma inserção muito diversa nas Forças Armadas, entre outras dimensões decisivas.

Aliás, a assimilação "cultural e antropológica" (não pela economia) da sociedade brasileira à sociedade norte-americana feita pelo companheiro Edinho em sua exposição no Instituto Fernando Henrique Cardoso é um

absurdo contrassenso, contra tudo o que nos ensinaram os intérpretes clássicos do Brasil, de Euclides da Cunha a Abdias do Nascimento, de Manoel Bomfim a Florestan Fernandes, de Caio Prado Jr. a Lélia Gonzalez e Antonio Candido, empenhados em compreender a sua singularidade.

Esta compenetração decisiva entre as políticas neoliberais e o surgimento de governos autoritários com algumas características fascistas é fundamental para explicar a ascensão de Donald Trump – e também de Jair Bolsonaro. É decisiva inclusive para explicar a razão da vitória eleitoral recente de Donald Trump: ela não resulta decerto exclusivamente da potência em expansão da candidatura de Donald Trump (cerca de dois milhões de votos a mais em relação à sua candidatura presidencial anterior) mas da derrocada da votação da candidatura do Partido Democrata (menos dez milhões de votos em relação à eleição anterior).

Ou seja: foi por não conseguir imprimir um governo que realizasse as suas promessas de retomar uma dinâmica do *New Deal* – de fato, apenas muito parcialmente cumpridas – que o Partido Democrata perdeu as eleições. Além é claro, da tardia substituição de Joe Biden por Kamala Harris.

Este erro de nomear o fascismo sem identificar sua raiz neoliberal contemporânea – o que se ganha em retórica perde-se em capacidade de compreensão do que está em jogo – pode ser fatal. Porque para a maioria da população brasileira e para os trabalhadores, a guerra frontal movida pelas forças neoliberais aos seus direitos fundamentais – que continua e ganhou inclusive uma dimensão mais agressiva por seus porta-vozes durante o governo Lula – fica à sombra, ausente ou em um segundo plano.

O companheiro Edinho nada fala criticamente sobre a privatização das empresas públicas de água, de energia, da educação, da saúde que continuam no centro da agenda neoliberal. A defesa aberta e convincente da dimensão pública dos bens e serviços fundamentais ao povo brasileiro passa ao largo.

Ao tratar reiteradamente da situação das novas classes trabalhadoras, por exemplo, o companheiro Edinho nada fala contra as leis neoliberais anti-trabalhistas, que permitiram a generalização do contrato precário, contra a verdadeira guerra aos sindicatos de trabalhadores e à própria Justiça do Trabalho e ao direito legislado.

Em um momento decisivo do debate no Instituto Fernando Henrique Cardoso, no qual o presidente Sérgio Fausto criticava duramente o presidente Lula por ter falado contra os juros altos praticados pelo Banco Central durante a gestão do ex-presidente Roberto Campos Neto, o companheiro Edinho simplesmente saiu-se com o argumento que se tratava de um “momento de tensão”, já superado!

Ora, sem esta nítida contraposição, os limites do governo Lula aparecem como meros frutos de sua vontade e não como resultado dos impedimentos criados pelos próprios neoliberais, que o acusam de não cumprir o programa para o qual foi eleito. Cria-se, assim, uma cisão ou uma fratura na narrativa que organiza a luta histórica para reeleger o presidente Lula.

4.

Deste grave erro de avaliação, resulta uma proposta estratégica para as eleições de 2026 que pode ser fatal para as forças democráticas e populares.

Há apenas um aparente paradoxo na proposta reiteradas vezes proposta pelo companheiro Edinho de evitar a polarização e, ao mesmo tempo, concentrar exclusivamente o confronto político com o bolsonarismo, identificado como “fascista” e como tendo adesão de 20 % a 25% dos brasileiros. O que, na verdade, propõe é um esforço de diálogo com esta parcela importante de brasileiros que, não sendo fidelizada pelo bolsonarismo, não apoia hoje a reeleição de Lula.

O companheiro Edinho utiliza sempre a metáfora de duas torcidas de futebol que gritam e se repelem mutuamente: ela decerto mais confunde do que esclarece, já que atribui implicitamente às esquerdas brasileiras uma posição extremada como aquelas da extrema direita.

Na verdade, falta-lhe compreender que a linguagem neoliberal é uma radicalização e aprofundamento da política de “guerra fria”, estendendo também até aos liberais com alguma sensibilidade social o rótulo de “comunistas” ou “socialistas”. E esta radicalização da linguagem da extrema-direita neoliberal tem, decerto, a plena configuração na sua linguagem econômica que acusa até a defesa de posições minimamente ou moderadamente keynesianas ou distributivistas de “populistas”, “irresponsáveis fiscais”.

Por este entendimento do neoliberalismo, o problema das esquerdas não seria propriamente de “radicalismo”, mas propriamente de radicalidade, de ir à raiz da luta por valores de civilização, em defesa do trabalho, dos direitos das mulheres e antirracistas.

Esta concentração exclusiva no combate ao bolsonarismo baseia-se, como o companheiro Edinho formula, na hipótese que tem como certa ou quase-certa que o a família Bolsonaro se apresentará nas eleições presidenciais de 2026 com um candidato próprio, seguindo a estratégia de reivindicar a legalidade da candidatura do chefe do clã até o último momento.

Nesta hipótese, o governador Tarcísio de Freitas não seria candidato à presidente e os outros candidatos não teriam condições de construir candidaturas competitivas. Ora, decididamente não é uma boa estratégia política – confiar na “*Fortuna*”, sempre imprevisível, e rebaixar a “Virtu”, sem preparar-se para o cenário mais difícil – construir um cenário no qual a hipótese central é aquela mais favorável à construção de uma vitória da eleição de Lula, ou seja, aquela na qual Jair Bolsonaro provavelmente condenado e preso como chefe de uma tentativa de golpe de Estado, é o adversário central.

Nunca será uma boa política fazer depender uma vitória de decisões que não estão na esfera de sua própria influência, mas dos adversários.

Por isto, a correta centralidade do combate ao bolsonarismo não deve ser confundida com a exclusividade do combate a esta liderança, mas ao conjunto delas que organizam uma agenda neoliberal anti-Lula, extremamente agressiva aos direitos do povo brasileiro, através de diferentes modalidades de liderança, como as de Tarcísio, Zema, Ratinho Jr., Ronaldo Caiado ou mesmo Eduardo Leite.

Estas cinco certamente não se apresentam nos moldes típicos de Jair Bolsonaro, vindo diretamente das relações com os milicianos e com militares apologetas da tortura, mas compõem o ataque aos direitos humanos fundamentais em diferentes modulações e tipicidades. Já há muitas iniciativas políticas em curso de construção da unidade destas lideranças com Jair Bolsonaro ou com seu apoio, no primeiro ou no segundo turno, que não deveriam de modo algum ser desprezadas.

Uma estratégia política correta deveria ser centrada na recuperação da popularidade do governo Lula, de suas relações com suas bases sociais e eleitorais, de tal modo que se apresente nas eleições como uma força democrática polarizadora da esperança do povo brasileiro em dias melhores.

A polarização necessária é aquela que organiza, com credibilidade porque apoiada em ações decisivas de governo, a esperança de superar o programa antipopular e antidemocrático da extrema direita neoliberal. Esta dinâmica faz convergir na ação pública o governo Lula, a frente de partidos de esquerda e centro-esquerda e os movimentos sociais. É esta força política e esta capacidade que pode, inclusive, deslocar setores fisiológicos ou em algum grau de contradição com a liderança sempre de tipo de facção de Jair Bolsonaro.

5.

Não deixa de ser surpreendente o apoio público recebido por lideranças muito além do campo democrático-popular à proposta de superação da jornada de trabalho 6 x 1, sem diminuição dos salários. Além de uma forte popularidade medida em pesquisas, tal proposta deixou em desconcerto as lideranças da extrema-direita neoliberal.

Um outro momento positivo recente foi a proposta defendida por Fernando Haddad de uma taxação maior sobre os ricos e de menor taxação sobre os assalariados que recebem menos. Tais propostas colocam as vozes

da oposição neoliberal e de extrema-direita em ponto morto: ir contra elas evidenciaria o seu real programa de violência contra os direitos populares.

Apesar de tópicas e ainda com um longo e difícil caminho para sua efetivação, estas iniciativas mostram um caminho estratégico para uma vitória provável das forças democráticas e populares. Quanto mais o governo Lula conseguir realizar o programa para o qual foi eleito em 2022, mais em dificuldades ficarão as forças da extrema direita, mais as lideranças políticas e os movimentos sociais terão um campo aberto para construir uma agenda política da esperança.

Este ano de 2025 é decisivo: o bolsonarismo está na defensiva e em julgamento público; as forças da extrema-direita neoliberal ainda não foram capazes de construir sua unidade para 2026; o governo Lula – com a inflação em ritmo baixo e com o real valorizado – tem todo um campo possível de ações em defesa dos direitos do povo brasileiro. A construção de uma agenda democrática de superação do regime neoliberal está na ordem do dia!

As eleições para a direção do maior partido da esquerda brasileira são um momento decisivo para a construção desta vontade política de esquerda, tão democraticamente mais ampla exatamente por conter uma confrontação explícita ao regime neoliberal que ataca e impede a efetivação dos direitos fundamentais do povo brasileiro.

***Juarez Guimarães** é professor titular de ciência política na UFMG. Autor, entre outros livros, de Democracia e marxismo: Crítica à razão liberal (Xamã). [**https://amzn.to/3PFdv78**]*

***Carlos Henrique Árabe**, economista, é doutor em ciência política pela Unicamp e Diretor da Fundação Perseu Abramo.*

Compartilhe nas redes: